

Os Intelectuais Eugenistas. Da Abundância de Nomes a Escassez de Investigação. (1917-1937).

Ricardo Augusto Dos Santos

GT 05 – Intelectuais e Sociedade Civil - Séculos XIX e XX.

Resumo: Este texto tem o objetivo de apresentar um conjunto de intelectuais marcados pela Eugenia. Constatamos a existência de um grande número de associações, periódicos e intelectuais eugenistas. No entanto, é flagrante a escassez de trabalhos orientados pela teoria gramsciana dedicados aos temas do sanitarismo e/ou eugenismo. Portanto, a opção teórica e política está condicionada pelos temas e objetos de trabalho. Consideramos simplesmente espantoso a ausência de trabalhos que poderiam investigar as agências e agentes sociais eugenistas do período (1917-1937) segundo a matriz *gramsciana*. A partir desta matriz de pensamento crítico das ideias liberais, o Estado não comporta apenas aparelhos de coerção que, sem dúvida, possibilitam uma dominação, mas também produz uma direção intelectual. Tal perspectiva ajuda-nos a pensar como os intelectuais do campo eugênico construíam suas práticas e representações frente aos demais grupos organizados da sociedade, como disputavam e consolidavam sua presença nas diversas agências do Estado.

“Eis aí, senhores, o que poderia dizer sobre a Eugenia no Brasil. Numa terra grandiosa, bela e rica como a nossa, tudo nos impõe o dever de sermos otimista, otimistas no bom sentido devemos frisar. Precisamos, portanto, nos congregar sob a bandeira de um ideal comum, para torná-la cada vez mais próspera e feliz. O ideal máximo seria o da regeneração eugênica do nosso povo – regeneração esta que pressupõe saúde, paz, justiça e educação. Precisamos vê-lo sob uma administração moralizadora e sinceramente patriótica. Só então poderemos ter maior orgulho de sermos brasileiros”. (KEHL, 1929: 58).

Introdução

A citação acima é parte das palavras ditas por Renato Kehl no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia realizado no Rio de Janeiro. Foi um momento importante para o movimento eugênico, pois as comemorações do centenário da fundação da Academia Nacional de Medicina trouxeram a Miguel Couto, Presidente da instituição, a oportunidade para que se convocasse a reunião. Sob o comando de Roquette-Pinto e secretariado por Kehl, reuniram-se na primeira semana de julho de 1929, nos salões da Faculdade de Medicina, cerca de 200 médicos, cientistas, jornalistas e políticos. Alguns dos trabalhos apresentados indicam o que era considerado objeto da eugenia: regulamentação dos casamentos, educação eugênica, controle da imigração, campanhas antivenéreas, tratamento da doença mental, esterilização, além de vários temas ligados à infância, nutrição e maternidade. Na sessão inaugural, o antropólogo Roquette-Pinto declarou que até aquele momento a medicina era responsável por resolver problemas de saúde. Mas, após a reunião de especialistas em eugenia, poder-se-ia exigir um melhor aproveitamento do patrimônio biológico para promover o aperfeiçoamento do homem¹.

Segundo teoria política derivada de Antonio Gramsci (1891-1937) o exercício da hegemonia é obtido não só por força e consentimento, mas também por um contínuo processo de negociação, fruto de alianças políticas e ideológicas. A Hegemonia implica aceitação em parte das regras; mas essa aceitação não é tácita, nem automática. É repleta de ambivalências e contradições. Esta aceitação ou esse consenso tem a participação do Estado e dos intelectuais (Gramsci, 1977:147). E esta hegemonia é tecida pelos intelectuais. Para Pierre Bourdieu (1930-2002), o poder simbólico consegue impor significações que são naturalizadas como legítimas. Assim, os símbolos intelectuais afirmam-se como instrumentos de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida.

Consideramos simplesmente espantoso a ausência de trabalhos que poderiam investigar as agências e agentes sociais eugenistas do período (1917-1937) segundo a matriz *gramsciana*. São inúmeros atores sociais, associações e periódicos eugenistas que participaram de um intenso processo político conflituoso e que não se movia linearmente. Monteiro Lobato, Renato Kehl, Belisário Penna, Liga Pró-Saneamento, Liga Brasileira de Higiene Mental e Boletim de Eugenia são apenas alguns exemplos dentre as centenas de casos de publicações, intelectuais e instituições que atuaram no período. A partir da matriz gramsciana, pensamento crítico das ideias liberais, o Estado não comporta apenas aparelhos de coerção que, sem dúvida, possibilitam uma dominação, mas também produz uma direção intelectual. Tal perspectiva ajuda-nos a pensar como os intelectuais do campo eugênico construía suas práticas e representações frente aos demais

¹Renato Kehl, em sua correspondência, deixa bastante evidente, que foi tomado de surpresa com a convocação do evento. Estava em viagem pela Europa, quando leu em jornais brasileiros que Miguel Couto havia anunciado, durante as comemorações do 99º aniversário da Academia Nacional de Medicina, que durante a passagem do centenário da instituição, se promoveria o Congresso de Eugenia. Ainda que em posição secundária, Kehl ocupou um espaço importante no Congresso. Correndo contra o tempo, terminou o livro *Lições de Eugenia*, para ser distribuído durante o evento. Recebeu fortes críticas e acusações por sua defesa intransigente das suas ideias e pela posição totalmente contrária à miscigenação. Ainda, nesse período, começou a editar, no início do ano de 1929, o Boletim de Eugenia.

grupos organizados da sociedade, como disputavam e consolidavam sua presença nas diversas agências do Estado.

Outra contribuição importante ao estudo dos Aparelhos eugenistas é a noção de intelectuais trabalhada por Gramsci. Esse conceito é fundamental, pois refere-se à importância da cultura e da consciência de que a construção da hegemonia é inviável sem os intelectuais. Daí, que os debates científicos possuem laços com as classes sociais e não podem ser compreendidos, exclusivamente, enquanto embates profissional e técnico entre os especialistas. É precisamente nesse ponto que reside a minha proposta de análise da Eugenia no Brasil. Os textos, artigos e teses produzidos recentemente sobre Eugenia enfatizam, segundo minha análise, demasiadamente, as possíveis diferenças científicas entre os agentes. Todavia, fazem pouca menção ao papel político que esses agentes exerceram. Os agentes (intelectuais) desse processo podem ser definidos como aqueles que ocuparam um importante espaço na formulação, direção e organização em qualquer área da sociedade, não ficando restrito ao mundo das idéias eugenistas, científicas ou não.

Ao longo da primeira metade do século XX, periódicos, intelectuais e publicações que veiculavam o ideário eugênico desempenhavam uma função de destaque no processo dinâmico da formação social brasileira. As agências de promoção da Eugenia devem e podem ser analisadas como espaços de trocas entre os agentes, constituindo-se em círculos de negociação e representação. Uma formação social não consiste apenas num modo de produção de bens materiais garantido coercitivamente pelas mãos do Estado, mas também em hábitos e comportamentos, numa visão de mundo difundida pelos intelectuais na qual se inserem os costumes e os modos de pensar, agir e sentir dos homens que constituem suportes das normas da ordem social.

Diversos cientistas sociais afirmam que, devido às características da sociedade brasileira, os conceitos oriundos da matriz gramsciana não teriam aplicação nos estudos sobre Estado e Poder no Brasil. A isso deve-se, creio eu, à uma leitura míope da política em Gramsci. No entanto, a concepção de Estado da matriz gramsciana é ampla. Não está restrita a conquista e controle do governo e nem somente nas maneiras repressivas de conservar o poder. O sentido é muito mais amplo. Desvinculado de seu sentido restrito, o conceito de Estado é ampliado. Torna-se um complexo de atividades práticas e ideológicas com as quais as classes e frações tentam justificar e manter o seu domínio, mas também obter o contínuo consentimento. Portanto, a Liga Pró-Saneamento do Brasil e a Liga Brasileira de Higiene Mental organizavam e representavam os interesses dos intelectuais eugenistas, médicos ou ligados às áreas das ciências biológicas, embora profissionais de outros setores também estivessem representados, exercendo influência significativa junto às instâncias da sociedade política, afinal, seus membros pertenciam as diferentes áreas da política e da economia. Não foi raro que os membros de uma liga fossem os mesmos de outra associação política. Seus diretores poderiam ser os mesmos. O médico Arnaldo Vieira de Carvalho, por exemplo, era Presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo e um dos vice-diretores da Liga Nacionalista de São Paulo (1916-1924).

“Para o filósofo italiano, a peculiaridade do estado Capitalista Ocidental de seu tempo consistia no fato dele guardar um espaço de consenso – e não só de coerção – entre os grupos cujos interesses faziam-se nele inscritos, consenso este entretecido e construído a partir dos

sujeitos coletivos organizados nos aparelhos privados de hegemonia – ou seja, antes de mais nada, na própria Sociedade Civil – bem como através da ação do próprio Estado restrito, que igualmente promove e generaliza a visão de mundo da fração de classe hegemônica”. (MENDONÇA, 2005:11).

A Eugenia no Brasil

Este texto tem como objetivo apresentar um conjunto de intelectuais marcados pelas idéias eugenistas. Mas, antes é necessário fazer algumas perguntas: a eugenia latina foi menos eugenista ou mais leve do que as outras? Foi um conjunto equivocadamente de idéias? Remando contra essas interpretações, constatamos que, no Brasil, entre o início do século XX e as décadas de 20 e 40 existiu um movimento político eugênico que permitia a associação entre esterilização, saneamento e educação. E quase todos os intelectuais eugenistas não escaparam dessa hibridização de estratégias. Inclusive o “pai da Eugenia” no Brasil, o médico Renato Kehl. Mas, muitos intelectuais acompanhavam-no. Kehl não esteve solitário. O movimento eugenista foi exuberante em nomes, instituições e publicações.

A Eugenia chegou ao Brasil por intermédio dos livros e artigos produzidos em numerosa quantidade nos EUA e na Europa. Por aqui, encontrou solo fértil. Casou-se muito bem com um conjunto variado de idéias. Algumas delas existiam, pelo menos desde a metade do século XIX e tentavam explicar a experiência histórica em torno das populações escravas. Outras, espetacularmente desenvolvidas após 1870, almejavam construir um mundo moderno e científico, colocando o Brasil nos trilhos do progresso. Certamente, um dos motivos mais importantes para o desenvolvimento do eugenismo nas três primeiras décadas do século XX estava na preocupação com o controle da população de ex-escravos que estavam em processo de proletarianização. É bastante evidente a inquietação de Kehl e de seus interlocutores com os fatores identificados pelo eugenismo nacional como disgênicos, ou seja, contrários à formação do povo bonito, forte e saudável.

Que condições adversas e disgênicas eram essas que impediam a formação de um Brasil novo? Entre várias outras, o crescimento desordenado das cidades; a proclamação da República, que também não havia resolvido os problemas que os intelectuais apontavam como cruciais, pois, segundo os reformadores críticos, eles impediam a formação de uma grande nação; a abolição da escravidão e consequente processo migratório para as cidades, compondo um contingente de pessoas procurando moradia e trabalho em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

Assim, de uma maneira ampla, os intelectuais se perguntavam: como produzir boas colheitas quando as sementes e o solo não são bons? Idéias que já estavam embutidas em autores norte-americanos e europeus, representantes do pensamento social e político que no século XIX, afirmavam a degeneração do Brasil devido à promiscuidade e liberdade sexual nos cruzamentos raciais, produzindo seres inúteis e híbridos. É certo que considerações completamente pessimistas quanto ao futuro da nação miscigenada seriam rebatidas pelos intelectuais identificados com o movimento sanitário e também, inclusive, por alguns autores eugenistas. Aliás, os atores do campo eugênico, os intelectuais que produziram suas obras entre as fronteiras da Primeira República e do Estado Novo (1889-1945), notadamente os sanitários, ao contrário dos adeptos do racismo científico, consideravam e trabalhavam para tornar o Brasil viável e os brasileiros seres capazes e produtivos. Por exemplo, Roquette-Pinto escreveu em 1927:

“Tudo quanto se tem apurado, no laboratório de antropologia do Museu Nacional, confirma [que] (...) a nossa população mestiça, quando sã, não apresenta nenhum caráter de degeneração física ou psíquica. (...) não denunciam absolutamente nenhuma inferioridade biológica. Quanto ao que raça pode dar como energia moral (...) são o melhor instrumento de que ela não fica a dever nada aos povos fortes”. (ROQUETTE-PINTO, 1927: 202).

Esse é um ponto importante para compreendermos as tramas desse emaranhado de idéias: a ambiguidade e a complexidade das propostas eugenistas. Por exemplo, sem dúvida, Roquette-Pinto refutava a negatividade oriunda unicamente da mestiçagem, mas desde que não houvesse “nenhum caráter de degeneração física ou psíquica” nos indivíduos. À exceção pioneira de Stepan, os estudiosos da eugenia tendem a considerar como autênticos somente os discursos eugênicos advindos de intelectuais brasileiros fortemente alinhados com os modelos estrangeiros. Assim, na maioria dos trabalhos acadêmicos sobre eugenia, Kehl é identificado como eugenista brando, em sua primeira fase, depois, paulatinamente tornar-se-ia mais radical. Octavio Domingues é considerado um eugenista mendelista. Oliveira Vianna é apresentado como um feroz arianista. Roquette-Pinto é reconhecido como partidário do mendelismo, mas com face anti-racista, principalmente a partir dos anos 30.

Rótulos à parte, o cenário é bem mais matizado e complexo. Frequentemente, vários autores representantes do pensamento eugenista ou fortemente influenciados pelas ideias eugenistas são ignorados como bons exemplos para estudar a repercussão dessas ideias. Há duas boas razões explicativas para o fato. Em primeiro lugar, os pesquisadores contemporâneos ainda trabalham com os conceitos formulados pelos autores estudados. Em segundo, o paradigma eugênico anglo-saxão influencia as análises sobre eugenia. Por meio de uma leitura tradicional, qualquer proposta fora do modelo paradigmático não será considerada eugênica ou mesmo compreendida enquanto negação das ideias eugenistas. Daí a identificação quase direta entre nazismo e eugenia, o que constitui flagrante equívoco. Como explicar as experiências eugenistas acontecidas na Suécia social-democrata, que até os anos 70 do século XX praticou a esterilização compulsória? Ou nos EUA, que em 1906 já realizava a esterilização em homens e mulheres e consagrava a eugenia nas suas políticas públicas?

A primeira crítica a fazer é que tal visão reproduz os padrões estrangeiros clássicos. Recentemente, foram publicados textos que desmistificam um pouco esse olhar monolítico, quase sempre fruto de pouco trabalho de pesquisa documental ou amparado em teoria inadequada. As análises que vão sendo superadas afirmam que devido ao fato dos eugenistas norte-americanos pregarem a esterilização compulsória, não defenderiam práticas como a educação física, o saneamento e a higiene como fatores de eugeniização da raça. Talvez a ênfase fosse menor no Brasil, mas na sociedade americana era grande a preocupação com o matrimônio entre as pessoas. Então, havia sim uma mínima preocupação nos EUA com esses fatores sociais. Talvez, a grande diferença seja que no Brasil, acreditou-se que era necessário e possível salvar (regenerar) a raça e melhorar o país por meio das práticas educativas e sanitárias. Também é comum supor que após a Segunda Guerra, a eugenia norte-americana desapareceu. Contudo, esta é mais uma visão equivocada sobre a questão.

Portanto, essa exuberância política- extremamente importante- é negligenciada. A historiografia brasileira sobre saúde pública e medicina social não estuda as agências, onde os cientistas, professores, políticos e funcionários públicos reuniam-se e, sem dúvida, expressavam de maneira organizada os objetivos de grupos sociais. Quando a literatura especializada analisa as

instituições, periódicos e intelectuais sanitaristas e eugenistas, eles são vistos isoladamente. E, no entanto, sob a teoria gramsciana, a investigação acrescenta riqueza e uma profundidade de análise maior. Afinal, esses movimentos eram expressões de vontades coletivas organizadas em disputa pela imposição de um projeto hegemônico. Essa escassez ausência de estudos gramscianos não causa surpresa, afinal sabemos das posições conservadoras assumidas de forma velada ou não pelos professores e pesquisadores das instituições de pesquisa e ensino no Brasil contemporâneo.

“Mas, para tanto, é indispensável que o sujeito coletivo organizado junto a este ou aquele aparelho privado de Hegemonia - donde a importância fundamental dos intelectuais - busque inserir seus representantes junto à sociedade política, deixando entrever o quando a noção de Estado Ampliado, além de altamente dinâmica, é coerente ao espectro das lutas de classes que, ininterruptamente, constituem tanto a ‘Sociedade’ quanto o estado restrito.” (MENDONÇA, 2005: 11).

Julgamos que nossa contribuição ao debate historiográfico sobre a Eugenia Brasileira está em demonstrar a articulação do conjunto formado pela esterilização, educação higiênica, e combate às doenças para a formação de um povo educado, higiênico e forte. Mesmo Kehl, reconhecido como um eugenista radical, favorável às técnicas de esterilização involuntária de “incapazes mentais” e criminosos desde antes da criação, em 1920, do DNSP (Departamento Nacional de Saúde Pública), foi também defensor do saneamento e da educação higiênica como fatores que propiciariam a cura dos brasileiros doentes, feios e desprovidos de cultura científica. No início da década de 1920, ele já declarava a importância e o valor dos ensinamentos da educação higiênica e demonstrava que estava a par das ações desenvolvidas na Alemanha:

“E, devo frisar, quase nada se obtém em campanha sanitária, quando se não conta com a colaboração popular. Em todos os países cultos a campanha de propaganda de higiene e educação sanitária é tida em alta conta, não se medindo esforços nem despesas para torná-la o mais eficiente possível. Quem ignora os esforços e os grandes resultados colhidos com a organização americana, nesse sentido? E na Alemanha? Neste país até as folhinhas de arrancar são empregadas com a divulgação de conselhos higiênicos. Como se sabe, lá como aqui, são muito apreciados os pensamentos, máximas, versinhos, impressos no verso das folhinhas (...) a propaganda é uma grande auxiliar de todo empreendimento”.²

De maneira bem ampla, podemos definir que os planos de eugenistas e sanitaristas consistiam em eugenia preventiva (controle dos fatores disgênicos pelo saneamento ambiental), em eugenia positiva (educação, incentivo e regulação da procriação dos capazes) e na eugenia negativa (evitar a procriação dos considerados incapazes). O objetivo era modernizar o país e apagar os símbolos da degeneração. Dos sanitaristas, que negavam as teses da inata indolência tropical, vieram os remédios para um futuro promissor: a educação higiênica e as ações públicas sanitárias. As condições sanitárias teriam de modificar-se para que, transformando os indivíduos, os seus descendentes fossem beneficiados. Eugenistas e sanitaristas entendiam que as reformas das políticas públicas de saúde aprimorariam a capacidade hereditária. Práticas associadas com a eugenia exemplificam a filiação neolamarckista: campanhas contra o alcoolismo e as doenças sexualmente transmissíveis. Em suma, coexistiam teorias que adotavam uma seleção racial capaz de embranquecer a população, produzindo um “tipo nacional”, com teses de que o futuro

² *Pelo Maior Bem! Elevando a significação dos problemas nacionais de higiene e educação sanitária. O que nos vai mostrar a Diretoria de Saneamento.* Entrevista com Renato Kehl. *Jornal A Noite*, 30 out. 1922. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

eugênico seria resultado do saneamento das áreas rurais e urbanas, além da educação higiênica que propiciaria a criação e manutenção da nova ordem. Essa amplitude de técnicas eugênicas não consistia em interpretação errônea de teorias científicas originais, nem mesmo numa cópia importada sem critério, mas sim na construção de um pensamento eugênico brasileiro.

Eugenistas e sanitaristas, como tantos outros grupos do campo intelectual da época, não formavam conjuntos homogêneos. Por exemplo, uma significativa parcela de eugenistas negava a influência do meio. Ou, pelo menos, alinhava-se em torno de uma leitura que afirmava a impossibilidade de transmissão hereditária de características adquiridas. Contudo, simplificadamente, talvez seja mais relevante para a nossa análise, dividi-los em dois conjuntos. O primeiro, que aceitava a transformação das gerações futuras por meio do combate aos fatores disgênicos, isto é, degenerativos, doenças venéreas, alcoolismo; e o segundo negando ou argumentando que essas causas ocupavam um espaço secundário. No entanto, essa divisão se, em algum momento, ficava evidente, em outros, no seio da disputa por espaços políticos, transformava-se numa fronteira bastante maleável.

Após a Primeira Guerra Mundial, no contexto nacional, deu-se o surgimento de movimentos que, problematizando a nacionalidade, enfatizavam a questão racial (principalmente em respeito ao “progresso” do Brasil e às perspectivas de branqueamento), atribuindo às condições de saúde das populações um papel relevante. Esses grupos se organizaram em ligas, reunindo políticos, médicos, cientistas, educadores e empresários. Nesse processo de construção de uma nova ordem nacional em que a concepção que via nas doenças um problema crucial para a construção da nação vai-se tornando hegemônica, a ciência e, mais especificamente, as ciências biológicas tornaram-se de uma importância fundamental.

A Liga Brasileira de Higiene Mental, O Boletim de Eugenia

Muito mais do que um fenômeno isolado, a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) representou o surgimento de um espaço político, onde diversos intelectuais nacionalistas responsáveis pela criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1920, reuniam-se e formavam um grupo influente com ênfase na eugenia. Esse movimento explica o elevado número de organizações, autores e publicações eugenistas no período. A LBHM foi fundada no Rio de Janeiro, em 1923, tendo à frente o médico Gustavo Riedel. A Câmara dos Deputados, pelo Decreto nº 4.778 de 27 de dezembro de 1923, a reconheceu como de utilidade pública. Em 1924, foram concedidas as primeiras verbas. No ano seguinte, esse auxílio viabilizaria o programa de prevenção das doenças mentais. Recebendo auxílio financeiro dos sócios e verbas públicas do município e do governo federal, a Liga Brasileira de Higiene Mental se consolidaria como uma das mais importantes associações dos intelectuais médicos. Figuravam entre seus integrantes nomes como Carlos Chagas, Miguel Couto, Roquette-Pinto, Henrique Roxo e Afrânio Peixoto. Em 1925, a LBHM lançou o periódico *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental (ABHM)*. Em seu primeiro número, encontram-se publicados os estatutos da associação. A publicação do periódico dava cumprimento aos estatutos, que previa, para a realização dos seus objetivos, a edição regular de uma revista pela instituição. De acordo com diversos autores (COSTA, 1980; ENGEL, 2001; REIS, 1994) a LBHM foi uma das mais expressivas instituições do campo psiquiátrico e eugenista nos anos 20 e 30. Dirigida por psiquiatras e integrada por médicos, juristas e educadores, tornou-se um grande veículo de propaganda a favor da higiene

mental, participando ativamente da construção de um projeto preventivo da sociedade que, pela via eugênica, visava atender às exigências daquela conjuntura.

É importante notar que o quadro de membros da LBHM possuía políticos e empresários. Desse Aparelho, participavam, além do Presidente da República, Arthur Bernardes; três Ministros de Estado, Félix Pacheco, João Luiz Alves e Pires e Albuquerque; dois Senadores, Conde de Frontin e José Euzébio; dois Deputados, Carlos Maximiliano e Clementino Fraga; o Prefeito do Distrito Federal, Alaor Prata; dois Conselheiros Municipais, Cesário de Mello e Mário Piragibe e membros representantes dos industriais, Guilherme Guinle, Affonso Vizeu e Antônio Gomes Pereira. Seus líderes mais influentes foram Juliano Moreira, Ernani Lopes e Gustavo Riedel, sendo este último fundador da LBHM e seu primeiro presidente. Além desses, Henrique Roxo, Plínio Olinto, Mauricio de Medeiros, Afrânio Peixoto e Faustino Esposel são apontados como dirigentes das primeiras campanhas em favor da profilaxia das doenças mentais. Afrânio Peixoto e Carlos Penafiel são especialmente citados por suas atuações na Câmara Federal dos Deputados.

Para Reis (1997:07), a LBHM constituiu-se como a associação central da psiquiatria na formulação de um projeto ampliado de intervenção social. Um ponto merece destaque. Com sede no Rio de Janeiro, a LBHM funcionou como centro irradiador, uma espécie de matriz a partir da qual emergiram ligas regionais, como, por exemplo, a de São Paulo (Liga Paulista de HM), a do Rio Grande do Sul (Liga Rio-grandense de HM) e a de Pernambuco (Liga Pernambucana de HM). O seu periódico (ABHM) era o órgão oficial de propaganda dos princípios da Higiene Mental, além de ser o instrumento de intercâmbio político e intelectual, não só em âmbito regional, mas também em escala nacional e internacional. Nesse sentido, o periódico circulava em todos os estados, levando as opiniões dos intelectuais da área médica e psiquiátrica, além de exercerem uma função irradiadora internacional estabelecendo relações com as principais sociedades científicas do mundo. Entidade de cunho civil e reconhecida como de utilidade pública, a sociedade funcionou, inicialmente, com uma subvenção federal e ajuda de filantropos; posteriormente, contava também com a venda de anúncios publicados nos *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*.

Reunindo o pensamento dos nomes da Liga e da psiquiatria brasileira da época, esse periódico consistiu em instrumento fundamental para “consecução dos seus objetivos (...), destinado, sobretudo a orientar os que desejem colaborar na campanha pela higiene mental”, constituindo-se “não só como um repositório do que se publique em nosso meio, ou alhures, mas também, se possível, um núcleo de atração de prosélitos, no amplo domínio dessa Higiene Mental, que com justo direito aspira tornar-se a moral universal de amanhã.” (ABHM, 1925: Editorial). O editorial de outubro de 1929 é ainda mais incisivo:

“Os Arquivos, como órgão oficial da Liga Brasileira de Higiene Mental, têm uma grande e nobre missão a realizar: órgão de doutrina e de combate, eles se propõem a abrir, em nosso meio, a senda por onde possam enveredar, crescer e frutificar os ideais de higiene mental e eugenia, que consubstanciam o programa daquela Instituição”. (LBHM, 1929)

Os ABHM constituem uma importante fonte documental, incluindo artigos, resenhas, relatórios, atas de reuniões e congressos, para conhecimento e análise dos discursos e práticas produzidos pela LBHM. Luta antialcoólica, combate à sífilis, controle da imigração, educação higiênica, profilaxia mental e assistência aos alienados eram alguns dos temas recorrentes, sendo

que a forma de abordagem podia variar de acordo com a conjuntura e os interesses políticos em jogo. Os Arquivos começaram a serem publicados em março de 1925, havendo nesse ano a edição de dois números. Devido ao corte da subvenção federal, ficaram três anos fora de circulação, retornando em 1929. Houve uma relativa regularidade até 1935, quando então ocorreu nova interrupção (1936-37), restabelecendo-se a edição de 1938 a 1947, com os anos de 1945-46 condensados em um único número. Não havia uma periodicidade definida. Em bom trabalho sobre a LBHM, o historiador REIS (1994) destaca a perfeita adequação dos objetivos da Liga com os desejos dos eugenistas de transformar a sociedade brasileira por meio da ação política dos intelectuais e da aplicação de suas idéias sobre o uso da coerção e educação pelo Estado. Reis explica dizendo que desde o início do século XX os médicos psiquiatras desejavam a criação de um “instituto” destinado ao estudo e profilaxia das doenças mentais. Assim, a LBHM representou para os psiquiatras e demais eugenistas, a chance para divulgar a eugenia e sua missão regeneradora e salvadora, inserindo-a em seus discursos e projetos institucionais nacionalistas.

Mas, à eugenia nunca faltou espaço. Ela encontraria vários abrigos políticos, institucionais e culturais. Durante os anos 20, 30 e 40, os profissionais ligados às mais diversas áreas ficariam seduzidos pela nova ciência que prometia a “cura da raça”. Ou, ao menos, o seu branqueamento. Intelectuais médicos como Afrânio Peixoto, Roquette-Pinto, Belisário Penna e outros entusiasmaram-se com a possibilidade da criação de áreas interativas da Eugenia com a Antropologia, a Medicina e a Educação. No caso da medicina legal, foi grande o interesse com os métodos de identificação, estudo dos comportamentos e a prevenção dos crimes. Todavia, concordamos com o alerta dado por COELHO (1999). Esse autor registra que não devemos nos impressionar com a idéia (para ele, equivocada) de uma história despojada de sua temporalidade, forjando um esquema evolutivo no qual a medicina ou o sanitarismo ou mesmo o eugenismo estariam evoluindo de um estágio a outro. As narrativas dos intelectuais muitas vezes nos fazem crer em autênticas revoluções. Não que os movimentos nos quais os atores sociais atuaram tenham sido obras de ficção, invenções de memorialistas ou de pesquisadores. Trata-se de suspeitar que, muitas vezes, avaliamos como total o poder dos médicos e de suas idéias de dominação da sociedade. Os próprios heróis dessas jornadas descreveram com bastante romantismo os seus feitos³.

Coelho indaga aos que crêem nesse poder total dos médicos, chamando atenção para a relatividade e diferenças entre os discursos e a prática:

“Alteraria seus modelos de análise dizer-lhes que em 1934 registraram-se no Distrito Federal, escassas 20 matrículas no Curso de Higiene e Saúde Pública, não mais do que 71 em todo o Brasil? Que por essa mesma época, e não obstante a mitologia construída em torno do Dr. Nina Rodrigues, a medicina legal era uma mera seção e os médicos legistas, obscuros burocratas das delegacias policiais? É razoável supor que no prazo de um século digamos de (1822 a 1922) a intrincada trama da história tenha sido enriquecida com inúmeros episódios surpreendentes e que seu desenvolvimento tenha sido truncado em uma ou outra cena por discontinuidades...” (COELHO, 1999:144).

³ “(...) não deixando por menos ao descrever os eventos com expressões tais como a ‘operação de guerra’ contra os cortiços, a ‘guerra de picaretas’ do Doutor Barata Ribeiro que teria acabado com os casarões infectos, a enorme repercussão da conferência de tal ou qual higienista mais ou menos proeminente e assim por diante”. (COELHO: 1999, 142).

Em debates proporcionados pelas palestras em eventos, tenho tido a oportunidade de expor minhas ideias. No entanto, algumas vezes, sou questionado sobre a validade ou importância deste ou daquele elemento presente na análise. Quando faço comentários a respeito do surgimento de especialistas da arte de cuidar da vida, os pediatras, ginecologistas e obstetras, e relaciono com o crescente mercado de laticínios e produtos farmacêuticos dirigidos às mães e as crianças na passagem do século XIX para o XX, muitas vezes, surge o comentário: - *Mas, era apenas uma indústria incipiente*. Minha resposta: *Se era pequena, e já fazia aquilo tudo, imaginem se fosse forte*. O fato é que existia articulação dos médicos com a pequena e embrionária indústria médica e farmacêutica. O mesmo profissional médico que nos jornais publicava um artigo recomendando determinado produto, também o indicava aos pacientes nos poucos consultórios existentes. Além, é claro, de colocar, no mesmo veículo impresso, um anúncio do seu serviço para a possível clientela. Assim, talvez escape desses pesquisadores ingênuos, tolos ou orientados por uma política liberal, o fato de que Renato Kehl foi, durante 30 anos, diretor da Bayer, companhia produtora de produtos farmacêuticos. No mesmo período, na passagem dos anos 20 para os anos 30, Monteiro Lobato era adido comercial nos EUA. Em algumas cartas trocadas nesta época, Kehl e Penna “sugerem” a Lobato a possibilidade de uma oportunidade de trabalho naquele país, graças às boas relações que o escritor estava fazendo em Nova York. Ford e Rockefeller eram os contatos visados pelos dois médicos. Kehl viajou a Europa em três ocasiões com todas as despesas pagas pela Bayer. Portanto, os três personagens, Lobato, Penna e Kehl, mantiveram relações pessoais e profissionais com empresas de produtos médicos e farmacêuticos privados: a companhia produtora do Bio-tônico Fontoura, a Bayer, a Merck e a Dault, Oliveira & Companhia. Podemos supor, que era vantajoso financeiramente tentar salvar o país.

Desafortunadamente, o mais relevante periódico do campo eugênico, criado em janeiro de 1929, o Boletim de Eugenia, sob a direção e propriedade do Dr. Renato Kehl, não mereceu ainda, um estudo à altura de sua importância. Embora, seja um periódico importantíssimo para analisarmos o período e tenha sido editado com regularidade, lamentavelmente, ainda é pouco investigado. Em seu primeiro número, apontava como seu objetivo explícito “auxiliar a campanha em prol da eugenia entre os elementos cultos e entre os elementos que, embora de mediana cultura, desejam também, orientar-se sobre o momentoso assunto”.⁴

Com a proposta de disseminar informações e os ideais eugênicos para o maior número de pessoas, seu formato consistia em pequenos artigos científicos ao lado de outros de simples vulgarização, atendendo assim, por meio de uma linguagem simples e clara, a todos os que se interessassem pela eugenia. O Boletim de Eugenia foi a primeira publicação especializada com caráter periódico. Na publicação, a eugenia foi definida como uma ciência de melhoramento da espécie pela proteção das boas sementes e de seus portadores. Tratava-se, pois, de uma seleção dos seres humanos pela manutenção e melhoramento das boas linhagens. Era a ciência do aperfeiçoamento físico, psíquico e mental levando em conta as características hereditárias e as melhores formas de transmiti-las através das gerações.

Publicado entre 1929 e 1933, o Boletim de Eugenia circulou mensalmente nos primeiros anos e passou a ter circulação trimestral em 1932, quando tornou-se um suplemento da revista médica *Medicamenta* na edição de Junho/Julho de 1929, após o convite de Theophilo de

⁴ KEHL, Renato. *Boletim de Eugenia*, Jan. 1929. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

Almeida, amigo de Renato Kehl nos “tempos de faculdade” e diretor da dita publicação médica. A tiragem do Boletim de Eugenia começou com 1.000 exemplares distribuídos gratuitamente mediante solicitação enviada para a caixa postal anunciada no periódico em nome de Kehl. Ao se tornar suplemento da revista, sua tiragem aumentou porque o periódico passou a ser enviado também aos leitores da outra publicação que circulava por todo o Brasil. Para Kehl, isto representou uma ampliação da propaganda em prol da eugenia em função dos leitores da revista *Medicamenta*. A novidade foi veiculada através de um editorial de Renato Kehl. Nessa oportunidade, ele comunicava o oferecimento do colega Theophilo de Almeida, companheiro desde os tempos acadêmicos. Em relação a composição do periódico, suas edições iniciais (antes de se tornar parte da revista médica), continham 4 páginas; após a mudança, passou a circular com 8 páginas, duplicando seu espaço.

O grande objetivo de Renato Kehl e dos outros membros do eugenismo nacional era despertar mais interesses com o estudo e a aplicação das questões da hereditariedade, influências do meio, o papel representado pela educação, comportamentos, controle da imigração, mestiçagem e demais fatores sobre a evolução dos seres humanos. Os temas dos artigos veiculados pelo Boletim de Eugenia versavam sobre os mais diversos assuntos como casamento, alcoolismo, exames pré-nupciais, catolicismo, maternidade, criminalidade e raça. Sem dúvida, parte dos eugenistas considerava que a nacionalidade brasileira dependia dos fatores educacionais e hereditários; esses elementos representavam os fatores necessários para a construção de uma sociedade saudável e próspera.

Kehl formaria outra organização eugênica por volta do final dos anos 20: O Instituto Brasileiro de Eugenia. Porém, este não prosperou, embora tenha sido um empreendimento dos eugenistas realizado no mesmo contexto temporal de duas iniciativas muito relevantes: a criação da Comissão Central Brasileira de Eugenia e a edição do próprio Boletim de Eugenia, o qual precedeu em alguns meses a fundação do Instituto de Eugenia que, fundado por iniciativa de Renato Kehl, não vingou. Desse instituto eugênico natimorto, participaram Ernani Lopes, Júlio Porto-Carrero, Murilo de Campos e Heitor Carrilho. Mas, o momento era pródigo em fatos em torno da eugenia. Um ano após a Revolução de 1930, Kehl foi criador e presidente da Comissão Central Brasileira de Eugenia. Formada no Rio de Janeiro, tinha como objetivo intensificar a propaganda eugênica e convertê-la em doutrina orientadora dos projetos governamentais ligados à imigração, povoamento, educação e saneamento. A comissão possuía os seguintes membros efetivos: Eunice Penna Kehl (secretária, esposa de Kehl e filha de Penna), Belisário Penna, Gustavo Lessa, Ernani Lopes, Porto-Carrero, Cunha Lopes, Salvador de Toledo Piza Junior, Octavio Domingues, Achilles Lisboa e Pacheco Caetano Coutinho.⁵

Os artigos que compunham o Boletim de Eugenia eram ligados aos temas e aos objetos de estudo dos intelectuais que debruçavam-se sobre a psiquiatria, a medicina e eugenia. Do ponto de vista político tratava-se de alçar ao Estado a influência requerida. Tanto o Boletim de Eugenia quanto a Comissão Central veiculavam as idéias do movimento que unia médicos, sanitaristas, professores, juizes e empresários, personagens da sociedade brasileira. Naquela conjuntura, o objetivo mais imediato era propor diretrizes específicas ao governo. Dentro do espírito nacionalista predominante, todas as associações criadas, seja a Liga Pró-Saneamento do Brasil, a Liga Brasileira de Higiene Mental, a Sociedade Eugênica de São Paulo ou a Comissão Central

⁵ Alguns desses nomes eram representantes da chamada vertente mendelista.

Brasileira de Eugenia, lutavam para a superação dos modelos deterministas que, desde o século XIX, consideravam inviável o ingresso do Brasil no rol das nações civilizadas. A Liga Pró-Saneamento, especialmente, rejeitava a explicação que apontava a composição étnica e a miscigenação racial como fatores que contribuíam para a miséria e para as endemias que assolavam o país. Mas, para a maioria dos eugenistas e sanitaristas nacionais, a conjugação saneamento-eugenia-educação seria imbatível para a criação de uma nação moderna e saudável. Mas, era necessário ir além dessas considerações. Havia chegado a hora de propor e exigir do governo que as leis eugenistas fossem criadas e obedecidas. Vale destacar que o prestígio da eugenia nas faculdades de medicina era crescente. Inúmeros textos surgiam. Kehl, em sua conferência, no Congresso de 1929, listou mais de 40 trabalhos, entre livros, teses e artigos sobre a nova ciência⁶.

Contudo, outros e importantes periódicos foram criados. Dentre esses, os Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins. Esse veículo das idéias eugenistas adotaria outros nomes: Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal e Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria. Por iniciativa dos médicos Juliano Moreira e Afrânio Peixoto, a publicação criada em abril de 1905, era publicado pelo Hospício Nacional de Alienados, com periodicidade trimestral. Seu quadro de intelectuais colaboradores contava com os nomes de Teixeira Brandão, Miguel Couto, Henrique Roxo, Carlos Penafiel e Franco da Rocha, para citar alguns dos mais expressivos.

Em 17 de Novembro de 1907 era fundada na Academia Nacional de Medicina, na cidade do Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal. Por proposta de Juliano Moreira, foram designados os membros Afrânio Peixoto, Henrique Roxo e Carlos Eiras para elaborarem os respectivos estatutos da Sociedade, ficando deliberado que os Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins seria o periódico de representação daquela associação. O periódico estabeleceria as relações científicas entre os psiquiatras, neurologistas e médico-legistas do Brasil. Da apresentação escrita por Juliano Moreira e Afrânio Peixoto:

“Os Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins, destinam-se a registrar as contribuições nacionais a estes estudos e noticiar o movimento destas especialidades médicas no mundo culto. Em geral, as publicações brasileiras desaparecem precocemente, mais por falta de quem as escreva, que de quem as leia. Para rebater essa ameaça, contamos com a colaboração de mestres e estudiosos nesses departamentos científicos e, mais ainda, cuidamos que uma publicação deste gênero dará estímulo aos que dele necessitarem e encaminhará para ela os estudos esparsos pelas revistas médicas do país.”⁷

A partir de 1919, a diminuição da ajuda oficial imposta por nova política governamental, comprometeu a impressão nas oficinas tipográficas do Hospício Nacional de Alienados, abalando, assim, sua periodicidade trimestral. Em virtude disso, seus diretores alteraram o título para Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria, mas sem, contudo, manter sua periodicidade, visto que as determinações governamentais impediam manter o ritmo. No primeiro volume editado com o título de Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria, referente ao segundo trimestre de 1919, encontram-se as Atas da Sessão da Sociedade Brasileira de

⁶ Neste inventário, Kehl ignorou os trabalhos mais identificados com a “eugenia mendeliana”.

⁷ Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, Abril de 1905.

Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal realizada em 27 de março daquele mesmo ano e a determinação de que diante das dificuldades, o grupo de médicos constituído por Juliano Moreira, Ulisses Vianna, Faustino Esposel, Heitor Carrilho e Waldemar de Almeida publicasse sob responsabilidade própria, os Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria. Sua composição era de artigos, notícias, boletins da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal e resenhas, deixando transparecer um desenvolvimento crescente de estudos nas áreas de psiquiatria e medicina legal. Até o ano de 1955 continuou com a mesma designação – Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria – mantendo periodicidade regular, quando no mês de junho para comemorar os cinquenta anos da primeira edição, iniciou uma nova numeração. Na atualidade, continua a ser o órgão oficial da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal.

Esta intensa propaganda eugênica que possibilitou a criação de inúmeras associações e periódicos durante um largo período, veiculando a produção dos intelectuais, também propiciaria no ano de 1929, a realização do evento mais importante para o eugenismo nacional: o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Esse evento tratou de quase todas as questões pertinentes ao problema eugênico brasileiro: a esterilização compulsória e permanente; a regulamentação eugênica do casamento; o exame pré-nupcial; controle de nascimentos; problemas da imigração; luta contra os venenos da raça; o problema dos degenerados: alcoólatras, doentes e vagabundos. Enfim, foram estudados os temas mais variados. Porém, percebe-se que uma linha norteou as discussões no referido encontro eugenista, ultrapassando até mesmo as discussões sobre hereditariedade e educação: o nacionalismo. E, por conseguinte, que ações de política imigratória o Brasil deveria adotar? Deveria o país aceitar a entrada livre de estrangeiros ou criar uma série de restrições? E que impedimentos seriam esses? As questões raciais, supostamente prejudiciais à nacionalidade, prejudicariam a imigração de estrangeiros no país? Ou apenas as características individuais? Físicas ou mentais?

Conclusão

Concluindo, os eugenistas formavam um grupo fortemente organizado. Dominavam as áreas da política, educação e cultura. Ultrapassa uma centena o número de associações profissionais e culturais que esses intelectuais criaram. Portanto, não podemos negligenciar a importância política que tiveram. Afinal, era por intermédio de Aparelhos como a Sociedade Eugênica de São Paulo, a Liga Brasileira de Higiene Mental, a Liga Pró-Saneamento do Brasil e periódicos como o Boletim de Eugenia que esses intelectuais, principalmente médicos, formulavam, veiculavam suas ideias e formavam grupos que pressionavam politicamente o Congresso Nacional. Inúmeras tentativas, algumas bem sucedidas, de transformar a legislação, marcando o controle do Estado sobre as vidas dos indivíduos e, em especial, sobre a reprodução. No Folheto *Certificado médico pré-nupcial. Regulamentação eugênica do casamento*, uma separata do periódico *Brazil-Médico*, publicado em 1930, Kehl realizou um pequeno inventário das movimentações políticas no Congresso para regulamentar as leis sobre o casamento civil durante as primeiras décadas do século.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- ALVES FILHO, Aluisio. *Pensamento político no Brasil – Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.
- . *As Metamorfoses do Jeca: A questão da identidade do brasileiro em Monteiro lobato*. Rio de Janeiro: Inverta, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro. 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- COSTA, Jurandir Freire. *História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- . *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da Razão. Médicos, Loucos e Hospícios. (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- . *Meretrizes e Doutores: Saber Médico e Prostituição no RJ (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- KEHL, Renato. *Aparas Eugênicas. Sexo e Civilização. Novas Diretrizes*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.
- . *A Cura da Fealdade. Eugenia e medicina social*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.
- . *Catecismo para adultos*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.
- . *Lições de Eugenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.
- . *Pais, médicos e mestres*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1939.
- . *Eugenia e medicina social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1920.
- LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói: Eduff, 2006.
- . *O Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: Eduff, 2005.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- REIS, José Roberto F. “De pequenino é que se torce o pepino: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental.” *In: História, Ciências, Saúde – Mangueiras*. Vol.7, n.1, Rio de Janeiro, Mar/Jun 2000.

------. *Higiene Mental e Eugenia: o projeto de regeneração nacional da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-40)*. Dissertação de Mestrado. Campinas/Unicamp, 1994.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Seixos Rolados*. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & Companhia, 1927.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. “Lobato, os jecas e a questão racial no pensamento social brasileiro”. *Achegas*, www.achegas.net, número 7, 2003.

THIELEN, Eduardo Vilela & SANTOS, Ricardo Augusto dos. Monteiro Lobato e a Fotografia Como Diagnóstico. In: *Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro, n. 1, Vol. 1, 1989.

------. Belisário Penna: notas fotobiográficas”. *Manguinhos. História, Ciências e Saúde*, Volume 9, número 2, Rio de Janeiro, maio/agosto 2002.